

## Áreas de serviço verticais

### Arquitetura, domesticidade e trabalho doméstico nos edifícios de apartamentos de Rino Levi (1930-1950)

Vertical Service Spaces: Architecture, Domesticity, and Domestic Labor in the Apartment Buildings of Rino Levi (1930–1950)

**Clarissa de Almeida Paulillo**

Universidade Paulista e Universidade de São Paulo, Brasil.

**Joana Mello de Carvalho e Silva**

Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, Brasil.

## Resumo

Conhecido pela radicalidade dos edifícios de habitação propostos para o concurso de Brasília (1956), Rino Levi produziu também um conjunto significativo de edifícios residenciais em São Paulo. Valorizados pela historiografia por suas inovações no campo disciplinar associadas ao modernismo, seus projetos verticais são igualmente documentos potentes para pensar as transformações em curso – nas relações de gênero e nos papéis femininos, na circulação de saberes sobre o lar, nas permanências hierárquicas de classe e raça e nos diálogos que o arquiteto estabelece com os ideais de domesticidade burguesa em voga. O artigo tem então como foco as áreas de serviço – espaço do trabalho e das trabalhadoras domésticas, cuja definição se deu na primeira metade do século XX, em meio a debates protagonizados por agentes diversos. O objetivo é abordar as mudanças e persistências nas relações sociais e no trabalho doméstico, analisando projetos, normativas e práticas domésticas. Interessa também refletir, sob o viés da cultura material, os impactos desses espaços na construção de relações e identidades de classe, gênero e raça. A partir do esforço de recuperar o debate na sua complexidade, a estratégia narrativa foi apresentar a área de serviço na diversidade de tensões que atravessaram sua constituição no período.

Palavras-chave: São Paulo, área de serviço, domesticidade, Rino Levi

## Abstract

Renowned for the radical housing proposals submitted to the Brasília competition (1956), Rino Levi also designed a significant number of residential buildings in São Paulo. While celebrated in architectural historiography for their modernist disciplinary innovations, his high-rise projects also provide valuable evidence for examining mid-twentieth-century social transformations in Brazil – shifts in gender relations and women's roles, the circulation of domestic knowledge, the persistence of class and race hierarchies, and the ways architecture engaged with prevailing ideals of bourgeois domesticity. This article focuses on service areas - spaces of labor and for domestic workers – whose configuration was defined over the first half of the twentieth century, shaped by broad debates among diverse actors. The study analyzes architectural projects, building regulations, and household practices to address both continuities and changes in social relations and domestic labor. From a material culture perspective, it considers how these spaces contributed to the construction of class, gender, and racial identities. By recovering the debate in its full complexity, the article presents the service area as a site where competing forces and tensions intersected. In doing so, it reveals its central role in the negotiation of modern domestic life in Brazil, bridging architectural history with the social history of work and everyday life.

Keywords: São Paulo, service area, domesticity, Rino Levi

## Introdução

Muito já se estudou sobre a obra do arquiteto brasileiro Rino Levi (1901-1965), em especial seus projetos de habitação verticalizada na cidade de São Paulo, tema de discussão do presente artigo. Nesses estudos destacaram-se as inovações do arquiteto, em uma linha de interpretação mais interessada em seus princípios teóricos e artísticos, e seus vínculos com o modernismo (Anelli, 2001; Aranha, 2003, 2008; Lemos, 1983; Rino Levi, 1940, 1974). Sem perder de vista esse enfoque, interessa-nos recuperar alguns de seus projetos – uns mais conhecidos, outros nem tanto – para pensar em que medida essas inovações dialogaram com as transformações sociais em curso e os ideais de domesticidade em voga durante sua vida.

Por ideais de domesticidade, referimo-nos àqueles de matriz burguesa, conforme definição adotada pela historiadora da arquitetura Hilde Heynen (2005), que afirma ser

uma série de normas (ainda que mutáveis) acerca dos requisitos necessários para a vida em família, envolvendo desde preceitos sobre as necessidades das crianças, os cuidados com o corpo e a saúde, as exigências de limpeza e higiene, a melhor forma de dividir o tempo entre o trabalho e o descanso, as maneiras apropriadas de preparar a comida e de cuidar das roupas, até a configuração do espaço da casa, o que inclui a decoração doméstica. (p. 7)

Essas normas de comportamento orientam e são condicionadas por determinados arranjos materiais e espaciais, com repercussões sociais amplas, atingindo não apenas o público leigo (em especial as mulheres, enquanto responsáveis pelo cuidado da casa), como também os especialistas da habitação (médicos, economistas domésticas, assistentes sociais, engenheiros e arquitetos).<sup>1</sup> Como se vê, boa parte dessas normativas descritas por Heyden se refere às atividades de cuidado e de trabalho doméstico. De modo que o desenho da casa – e em especial dos ambientes

denominados de serviços – é, e ao mesmo tempo produz, em sua idealização e concretude, uma visão de mundo sobre o trabalho reprodutivo e as normativas de gênero, raça, classe, profissão, constantemente representada e reiterada na prancheta do arquiteto. Nesse sentido, o Rino Levi aqui considerado não é apenas o profissional, o modernista renomado, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e agente ativo na conformação da profissão no Brasil. É também uma pessoa que viveu na primeira metade do século XX e que pensou a moradia a partir de sua perspectiva de mundo e de suas experiências particulares, articuladas às demandas dos clientes e ao seu conhecimento técnico e projetual.

A vida de Rino Levi coincide com um período de mudanças intensas na cidade de São Paulo. O arquiteto acompanhou os processos de modernização e urbanização que modificaram a paisagem social, as formas de morar e a face urbano-arquitetônica da cidade, complexificando a estrutura social. Em consonância com essa diversificação, observam-se uma maior diversidade tipológica habitacional e a transformação da disposição interna das moradias, seguindo a mesma lógica funcionalista (no sentido dos usos) e classificatória (no sentido de construção de hierarquias) típica da sociedade industrial moderna. As normas burguesas do morar foram igualmente revisitadas, assim como as relações familiares, os papéis de gênero, as relações de trabalho, as noções de conforto, privacidade e representação.

Sua origem europeia (Rino Levi era filho de imigrantes italianos), sua temporada de formação na Itália durante os anos 1920 (formando-se na Escola Superior de Arquitetura de Roma em 1926), e seu casamento com Yvonne (uma mulher francesa de família abastada), o insere de uma maneira específica nesse processo, o que nos leva a pensar como seus hábitos e costumes puderam se chocar com as tradições brasileiras sobre o morar, ou ao menos estabelecer algumas diferenças, mesmo que sem rupturas radicais.

A partir de sua trajetória pessoal e profissional, bem como sua produção de projetos de edifícios de apartamentos voltados para camadas médias e altas (e suas reflexões acerca das possibilidades dessa tipologia), o objetivo desse artigo é discutir como o arquiteto dialogou em sua obra com os ideais burgueses de domesticidade, os princípios modernistas e as relações de trabalho doméstico então praticadas no Brasil. Para tanto, serão analisados alguns projetos sob a guarda da Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e/ou publicados na revista *Acrópole* (1938-1971). O estudo focaliza os ambientes que conformam o “setor de serviços” do apartamento – cozinha, dependências para empregadas e, com especial atenção, a “área de serviço”. Sob uma mirada interseccional,<sup>2</sup> a análise recai sobre os acessos e as circulações dos espaços, os dimensionamentos, os equipamentos, bem como as normas e as práticas, entre outros aspectos que conformam a materialidade e espacialidade dos ambientes.

### **A constituição de uma nova tipologia habitacional: crise dos criados, mercado imobiliário e modernismo**

Desde sua origem nas Américas, em especial nos grandes centros urbanos norte-americanos durante a segunda metade do século XIX, o edifício de apartamentos teve como atratividade, para além do investimento econômico e solução para demanda habitacional, os avanços tecnológicos até então inéditos (Rybczynski, 2002, p. 225) e a possibilidade de novos formatos de arranjos das “tarefas domésticas” (Wright, 1981, p. 153).

Destinados às classes médias e altas, os edifícios de apartamentos, quando comparados a uma casa, eram mais econômicos e eficientes no provimento de aquecimento, água corrente, encanamento interno e, mais tarde, eletricidade. Com a oferta dessas tecnologias, atenuava-se o encargo das rotinas domésticas, facilitadas ainda

pela compactação dos espaços nos apartamentos, a disposição dos cômodos em um único andar e a ausência de quintais e jardins. Havia ainda a vantagem do suporte do meio urbano: as grandes cidades norte-americanas passavam a contar, cada vez mais, com lavanderias comerciais, estabelecimentos de alimentação, padarias, cafés e restaurantes. Eram serviços que substituíram algumas tarefas do trabalho doméstico, tornando dispensáveis grandes áreas para armazenamento e preparação de comida, ou espaços para lavar e secar roupas no interior dos apartamentos (Cromley, 1999).

Nessa nova configuração urbano-arquitetônica, o edifício de apartamentos também era um atrativo para muitas mulheres dos segmentos médios urbanos, mas também das elites, que passavam a ter cada vez mais atribuições na vida pública e na cidade, não se restringindo apenas ao cuidado da casa e da família dentro do âmbito doméstico.<sup>3</sup> Na função de gerentes do lar, e muitas vezes executoras do próprio trabalho doméstico, as donas de casa passaram a exigir espaços mais eficientes e racionais para facilitar as lides domésticas e, assim, liberar o seu tempo e energia para o investimento em outros tipos de atividades que incluíam, por vezes, o trabalho remunerado, fora do lar.

Reduzir ou tornar mais eficiente o trabalho doméstico tornava-se um requisito necessário também frente à diminuição da oferta de mão de obra para o emprego doméstico, com deslocamento dos antigos serviços para as indústrias, fenômeno conhecido por “crise dos criados” ou “problema do trabalho doméstico” que seria muito debatido não só nos Estados Unidos, mas também no Brasil<sup>4</sup> e Europa, inclusive por arquitetos modernistas.<sup>5</sup> Com a retração do quadro de empregados dentro das casas das classes médias e altas, as tarefas teriam que ser redistribuídas entre dona de casa, filhas e as poucas, ou a única empregada que restava. Demandando-se assim revisão dos processos e dos espaços de trabalho para a simplificação das tarefas domésticas. A mesma preocupação

passava também a valer nas casas das classes trabalhadoras ou mesmo entre segmentos médios mais empobrecidos, em que as mulheres deveriam trabalhar fora para garantir o sustento da família.<sup>6</sup> Em todos os casos, a ideia era que o edifício de apartamentos configurasse uma forma de moradia capaz de sustentar um estilo de vida menos dependente do trabalho doméstico.

Essa compreensão vigorou na primeira metade do século XX e atravessou também os discursos dos agentes da produção privada habitacional brasileira, ainda que de maneira mais genérica e menos enfática que nos contextos estrangeiros. Muitos estudos mostram que os primeiros edifícios de apartamentos em São Paulo remontam ao início da fase de metropolização da cidade, entre as décadas de 1920 e 1930, quando o capital oriundo da economia cafeeira abriu novas oportunidades de investimentos no território urbano, sendo a construção de edifícios para residências de aluguel uma delas. A possibilidade de verticalização e o maior rendimento do solo tornaram o edifício de apartamentos uma ótima alternativa para os investidores da produção privada da habitação. A nova modalidade de moradia coletiva era então concebida a partir do desafio em multiplicar as unidades habitacionais por meio de uma equação entre o desenho arquitetônico, a tecnologia e a legislação urbanística, visando sempre o melhor rendimento do negócio (Silva, 2013). De modo que a configuração dessas moradias obrigava a racionalização na distribuição e no aproveitamento dos espaços, exigindo dos arquitetos do período o esforço em sintetizar questões técnicas e funcionais no arranjo das plantas.

A historiografia da arquitetura e urbanismo tem apresentado como o mercado imobiliário, em meados do século XX, mostrou-se um importante campo de atuação profissional para arquitetos modernistas e como eles se tornaram figuras atuantes no processo de verticalização e de concepção dessa nova modalidade habitacional (Rossetto, 2002; Sampaio, 2002; Silva, 2012).

Por outro lado, a apropriação da arquitetura modernista pelo mercado indicava a valorização dos aspectos técnicos e estéticos do debate arquitetônico do período, sendo um elemento importante na difusão dos discursos sobre a modernidade.

Na narrativa modernista, preconizava-se um novo modo de vida mais prático e econômico, cosmopolita, alinhado aos valores da máquina e do progresso; por isso, nada mais coerente que o morar nas alturas nas melhores localidades da cidade, com infraestruturas e espaços compartilhados, em edifícios tecnológicos e dotados de uma nova linguagem coerente com o novo tempo. Dentro dessa lógica de um morar tipicamente moderno, nascido sob a ideia da racionalidade, o edifício de apartamentos poderia significar a otimização e redução de espaços, de formalidades e exigências dos ideais burgueses de domesticidade, correspondendo também à diminuição da demanda de trabalho doméstico.

Como uma novidade tipicamente moderna, o edifício de apartamentos se diferenciava pela oferta dos “confortos modernos”. Os anúncios imobiliários, as propagandas e os textos descritivos dos projetos ressaltavam as qualidades do imóvel que contavam os “aparelhamentos indispensáveis à vida atual” (Edifício Santa Amália, 1943), como instalações de água quente, gás, chuveiro no banheiro, tanque para lavagem e chaminé para despejo do lixo. Além de sistemas de ventilação e exaustão, e acabamentos higiênicos no piso e nas paredes das cozinhas e banheiros (paredes azulejadas, piso granilite e ladrilho cerâmico, metais cromados, portas esmaltadas). Em alguns casos, os apartamentos eram oferecidos mobiliados, com telefone, fogões a gás e de “fabricação alemã” (Prédio Livia Maria, 1939), gabinetes sob a pia e armários embutidos ou “americanos”, que “permitem guardar todo complicado aparelhamento de cozinha, segundo as últimas exigências higiene” (Edifício Santa Amália, 1943), filtro de água gelada e até geladeira.

Os projetos de Rino Levi se destacaram por apresentar em seus desenhos a incorporação dos recursos e dispositivos modernos, estando atento ao detalhamento técnico de peças hidráulicas, armários embutidos, dutos de lixo, pontos elétricos – um certo “maneirismo” que viria a caracterizar o trabalho de Rino Levi, como pontua Simone Villa (2010). Segundo a autora, a incorporação desses recursos atestava a própria ideia de modernidade e respondia ao contexto da produção habitacional privada, voltada para fins lucrativos, com redução dos espaços – o que exigia diminuição do número de cômodos da moradia, reduzindo-se a especialização funcional dos ambientes e aumentando a necessidade de otimização dos usos de cada espaço.

O foco racional das cozinhas naquele momento estava na instalação dos “equipamentos modernos”, nos quais incluem infraestruturas (água, esgoto, gás, eletricidade), aparelhamento técnico e os sistemas de armazenamento eficientes (armários embutidos, modulares, aéreos,

gabinetes sob a pia) e, não menos importante, nos conceitos de higiene e saúde aplicados nos materiais e nas superfícies de acabamento, nos sistemas de ventilação e exaustão e nas rotinas frequentes de limpeza do ambiente.

Além de prever essas instalações tecnológicas, Rino Levi se mostrava ligado aos debates internacionais sobre a racionalização do trabalho doméstico, revelando atenção a questões de higiene, conforto e eficiência, dialogando com debates que remontam às propostas de donas de casa e economistas domésticas norte-americanas do século XIX, repercutidas na Europa e no Brasil durante a primeira metade do século XX (Paulillo, 2025; Rubino, 2017; Rybczynski, 2002; Silva, 2023). Estudava alternativas para o desenho dos espaços de acordo com seus usos, em sintonia com ideais tayloristas de economia de movimentos, racionalização do espaço e eficiência no sentido de economia de esforços e tempo para realização das atividades (Figura 1).

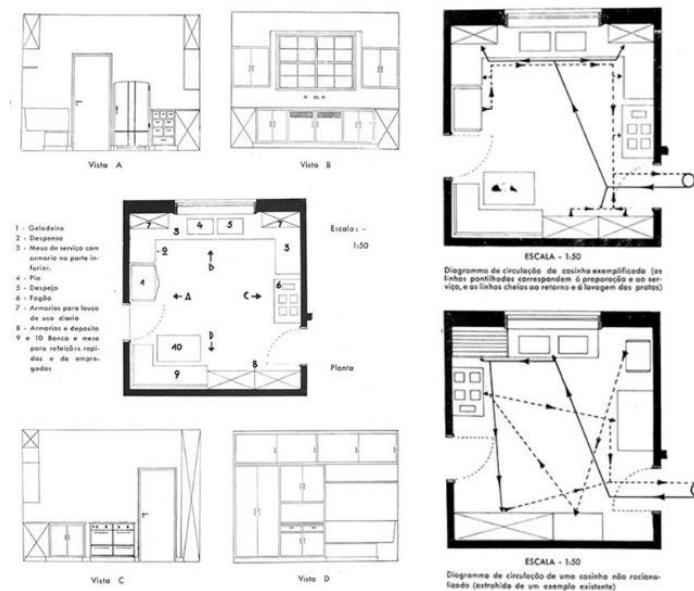


Figura 1. Diagramas do artigo “Organização Racional da Cozinha”, publicado em *Acrópole*, (2), junho de 1938, pp. 19-22. Texto do engenheiro-arquiteto Henrique E. Mindlin. Ilustrações do Dr. E. G Revista Digital *Acrópole*. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

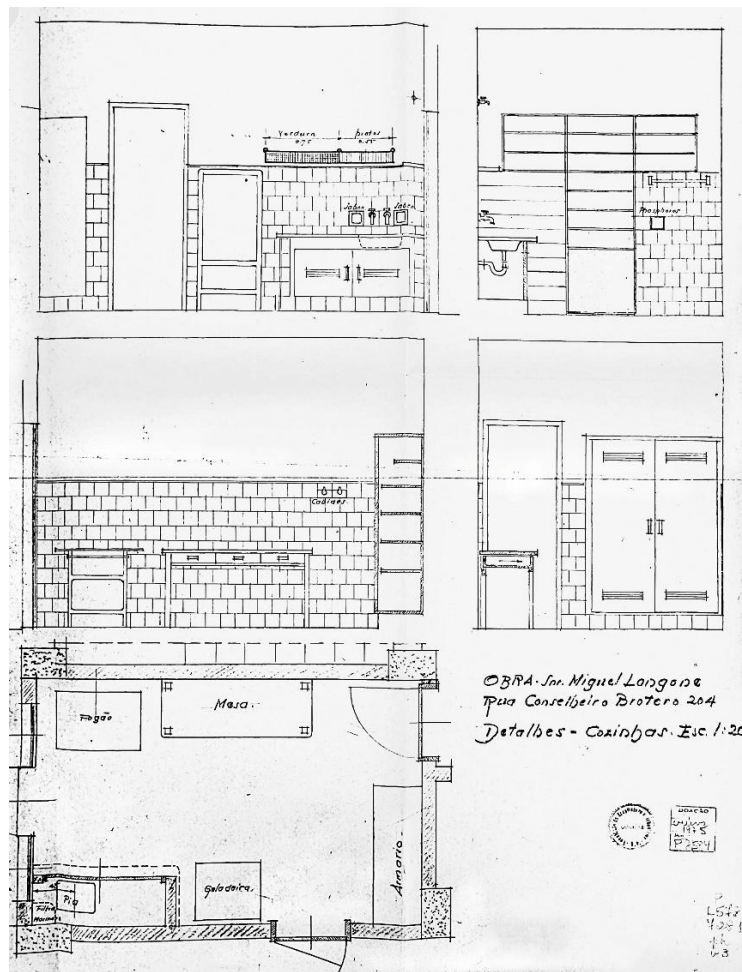


Figura 2. Edifício Higienópolis, São Paulo (1936). Prancha de detalhamento da cozinha. Notar nas paredes os nichos para colocação de sabão e fósforos; ganchos para pendurar panos de prato ou utensílios; prateleiras de verduras e pratos. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

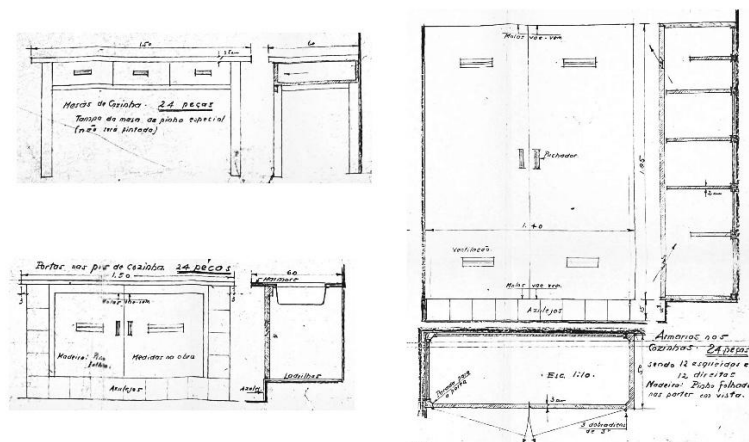


Figura 3. Edifício Higienópolis, São Paulo (1936). Detalhamento das portas e móveis da cozinha. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

Em seus projetos é possível observar a precisão do desenho da cozinha e dos demais espaços de serviço, em que até a posição dos panos de prato era cuidadosa e coerentemente planejada (Figuras 2 e 3), como revela Bárbara Levi, filha de Rino Levi (B. L., comunicação pessoal, abril 2025). Questionada sobre essa habilidade, atribuiu-a tanto à formação de seu pai em Roma, com influência dos debates sobre a cozinha racional, quanto à sua participação na vida cotidiana da casa – preparando café, interagindo com as trabalhadoras domésticas e fazendo refeições na copa.

A concepção do apartamento pressupunha a redução dos espaços e do programa, o que por si só já era um fator de racionalização do trabalho doméstico, como comentado anteriormente. Tendo como referência o programa da casa unifamiliar, os projetos buscavam transpor as suas

funções básicas, reduzindo o espaço à compartimentação em sala(s), cozinha, dormitório(s) e banheiro. No entanto, alguns projetos da época iam além do programa básico e experimentaram a inserção de um novo compartimento: a área de serviço. Denominado inicialmente “terraço de serviço”, esse espaço indicava a instalação de um equipamento importante para o trabalho doméstico: o tanque para lavagem de roupas. Essa solução se nota em alguns dos primeiros projetos para apartamentos de Rino Levi, como o Edifício Nicolau Schiesser, de 1933 (Figura 4), Edifício Higienópolis, de 1936 (Figura 5). Estudos recentes (Paulillo, 2025) revelam que o terraço de serviço não era inicialmente um compartimento padrão no programa dos apartamentos. Foi uma adequação na moradia verticalizada das funções que quintal e lavanderia supriam em uma casa isolada no lote.

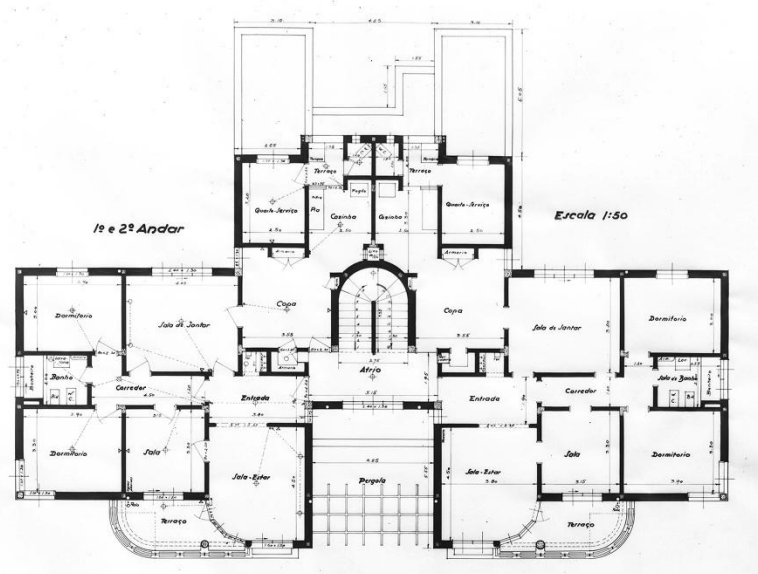


Figura 4. Edifício Nicolau Schiesser, São Paulo (1933). Foto do edifício e planta do pavimento. Notar equipamentos sanitários e peças hidráulicas no banheiro, cozinha e terraço, e pontos de iluminação em todos os ambientes. Notar também presença junto à cozinha da copa, terraço de serviço e dependências para empregada, conformando o “setor de serviços” do apartamento. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.



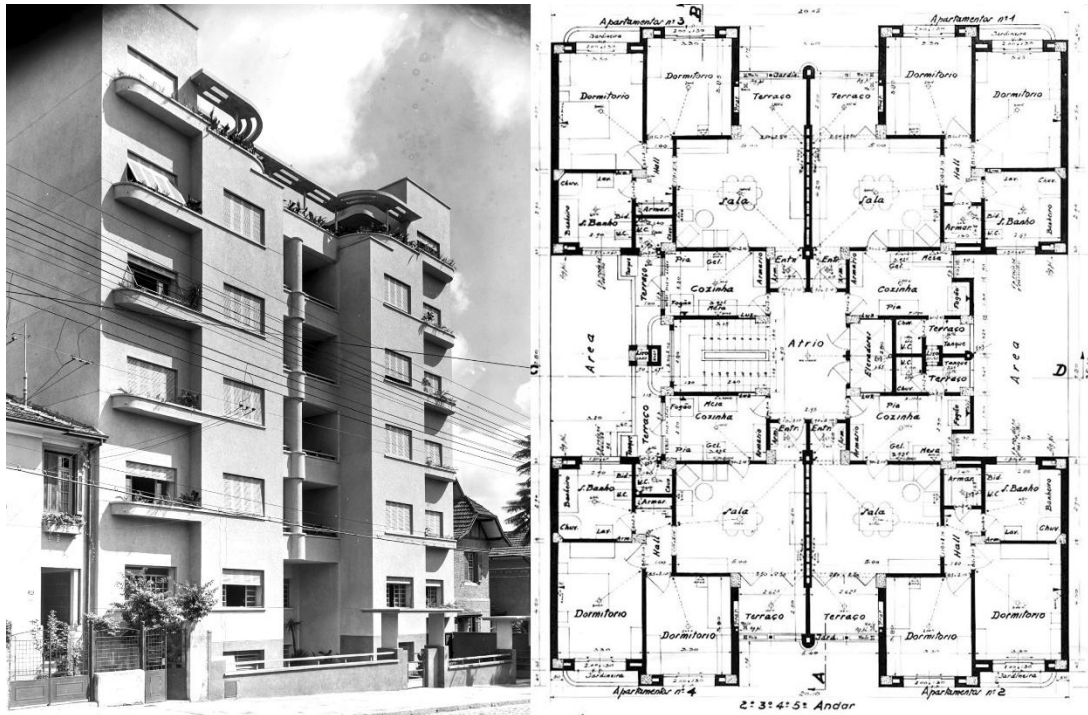


Figura 5. Edifício Higienópolis, São Paulo (1936). Foto do edifício e planta do 2º ao 5º pavimento. Notar equipamentos sanitários e peças hidráulicas no banheiro e cozinha, além de pontos de iluminação em todos os ambientes. Notar tanque de lavagem no terraço de serviço. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

Como elemento de experimentação naqueles anos, a área de serviço não era um item dado no programa, de modo que muitos projetos não previram esse espaço específico de serviço no apartamento. Inclui alguns projetos de Rino Levi, como o Edifício Guarani, de 1937 (Figura 6) ou o Edifício Vieira Carvalho, de 1939 (Figura 7). Este último se trata de um apartamento pequeno, reduzido ao programa básico (sala, cozinha, quarto e banheiro). Assim como os apartamentos mínimos e sem cozinha (as tipologias de quarto-sala ou *kitchenette*), os apartamentos de 1 dormitório, como o Edifício Vieira Carvalho, eram voltados para pessoas solteiras ou que viviam sós, ou ainda, para casais sem filhos - arranjos domésticos diferentes do grupo familiar padrão. Esse público buscava apartamentos bem localizados do ponto de vista da provisão de transporte, serviços e infra-estrutura urbana e com metragens reduzidas por serem mais econômicos, mas também porque a redução (ou até mesmo a

supressão) dos espaços de serviços correspondia à possibilidade de ter as necessidades domésticas atendidas na cidade (Silva, 2013).

Já no Edifício Guarani, as unidades contam com 2 dormitórios, sendo supostamente voltadas para famílias e, portanto, a grupos que tinham maior dependência do serviço doméstico. Nas unidades menores não foi previsto qualquer espaço específico para instalação do tanque de lavagem dentro do apartamento, ainda que se disponha de outras instalações ditas modernas, como o duto para despejo do lixo. É possível observar em fotografias atuais dos apartamentos do Edifício Guarani algumas soluções para compensar a ausência da área de serviço: a instalação do tanque e máquina de lavar roupa no banheiro ou a construção de parede divisória dentro da cozinha, criando-se um ambiente separado para a colocação do tanque.



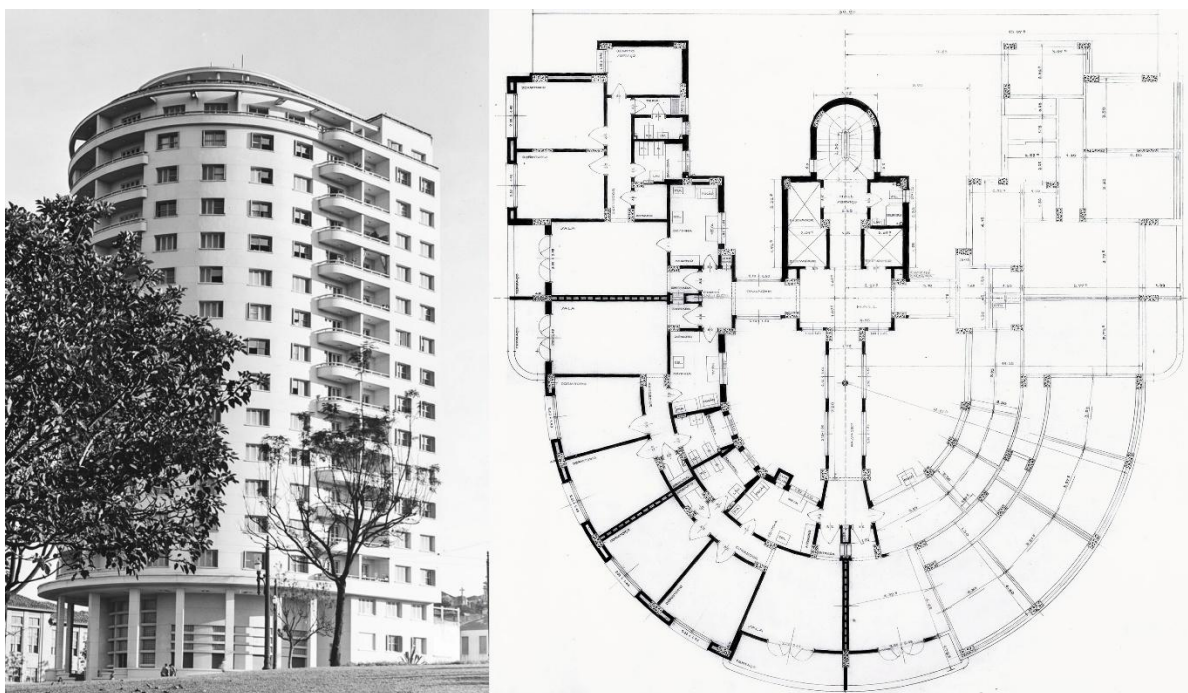


Figura 6. Edifício Guarani, São Paulo (1937). Foto do edifício e planta do pavimento. O edifício conta com dois tipos de apartamento, ambos com 2 dormitórios. No tipo menor, não há terraço de serviço nem dependência para empregada. Já no maior, verifica-se a existência de um quarto, banheiro e terraço de serviço na área íntima do apartamento. Notar ainda banheiro na área comum do pavimento, junto aos elevadores. Acervo da Biblioteca da FAU-USP..



Figura 7. Edifício rua Vieira de Carvalho, São Paulo (1939). Estudos de planta. Notar equipamentos sanitários e peças hidráulicas no banheiro, cozinha. O arquiteto desenvolveu três modelos de organização espacial diferentes, distribuindo o programa básico da moradia. Não tem área de serviço. Acervo da Biblioteca da FAU-USP

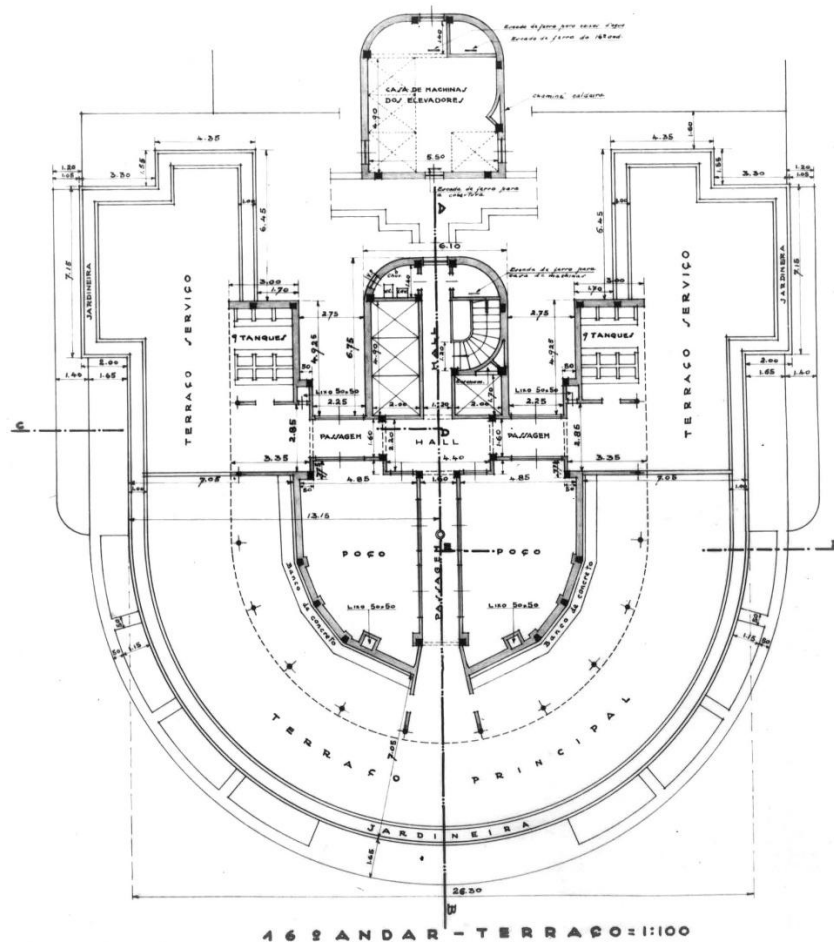


Figura 8. Edifício Guarani, São Paulo (1937). Planta do último pavimento. Notar grande área dedicada ao “terraço de serviço” com a instalação prevista de 09 tanques de lavagem. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

No entanto, a falta do tanque no interior do apartamento não significa sua inexistência no edifício. No caso do Guarani, assim como outros edifícios da época, o espaço para lavagem ou secagem da roupa era oferecido na área comum do prédio, com uso compartilhado pelos moradores (Figura 8). Já em projetos como o do Edifício Vieira Carvalho, com unidades menores de apenas um dormitório, não foi localizada nenhuma indicação de lavanderia coletiva.

A ausência desse tipo de instalação poderia ser explicada pela prática vigente naquela primeira metade do século XX de se “lavar roupa fora”. Lavar, secar e passar roupa eram tarefas muitas vezes encarregadas a mulheres que trabalhavam

como lavadeiras, realizando os serviços fora da casa de seus patrões. Para os moradores, a terceirização da lavagem poderia dispensar, ao menos em princípio, a necessidade de uma área com esse fim no interior do apartamento ou do edifício. A mesma explicação pode ser aplicada aos apartamentos que dispunham de reduzidas áreas de serviço, como no Edifício Higienópolis. Vale lembrar que a lavagem de roupa era uma das tarefas domésticas menos modernizadas – a máquina de lavar roupa era um eletrodoméstico ainda muito distante material e economicamente dos lares brasileiros. Para se obter a roupa limpa, ainda era necessária uma série de procedimentos que exigiam trabalho manual e grande mobilização corporal, além de espaço para

secagem da roupa. Os espaços exíguos destinados à lavanderia nos apartamentos certamente eram projetados para pequenas lavagens e não para dar conta de toda rouparia da casa.

A busca pela racionalização do trabalho doméstico e a redução e otimização dos espaços de serviços não significava, entretanto, que as donas de casa dispensassem a “ajuda doméstica”. Embora se falasse muito também no Brasil sobre uma “crise da criadagem”, era prática comum entre os lares das classes médias e altas paulistanas a contratação de pelo menos uma empregada doméstica, sendo corriqueira a presença de mais de uma trabalhadora vivendo nos lares dessas camadas sociais em São Paulo.<sup>7</sup> Essa relação de trabalho implicava na necessidade de se dispor de dependências para as trabalhadoras dentro da moradia, como já ocorria com a edícula nas casas unifamiliares isoladas no lote.

Nesse sentido, o terraço de serviço (assim como o quintal) servia como acesso às dependências para empregada nos apartamentos, como ocorre nos projetos dos edifícios Higienópolis e Nicolau Schiesser e em muitos outros do arquiteto. Um aspecto significativo é a nomenclatura desses ambientes: Rino Levi adota muitas vezes “quarto de serviço” e “w.c. de serviço” em vez de quarto ou “w.c.” de “criada”, termo corrente na época e carregado de conotações hierárquicas e de subordinação pessoal advinda da prática persistente de abrigar crianças em idade escolar para realização dos trabalhos, muitas vezes em recebimento de salário, em troca apenas de “casa e comida” (Souza, 2017). Por outro lado, a definição “de serviço” remete à função de trabalho, justamente nesse espaço residencial que na modernidade passou a ser idealizado para o descanso e ao cuidado pessoal (Perrot, 1988; Homem, 1996; Carvalho, 2008).

Os chamados “terraço”, quarto e “w.c.” de serviço viriam a compor paulatinamente até os anos 1960, junto com a cozinha, o setor de serviços dos apartamentos, sobretudo nas tipologias de 2 ou 3

dormitórios, voltadas às famílias. No entanto, assim como a área de serviço, as dependências para empregada também estavam se adequando ao programa habitacional do edifício verticalizado durante aqueles anos – de modo que não raro, estavam ausentes em projetos dessas tipologias de apartamento, como o Edifício Guarani. Nele o setor de serviços se reduzia à cozinha – mas isso não significava que a mão de obra para o serviço doméstico não existisse nessas moradias. A entrada pela cozinha nos apartamentos e a diferenciação de elevadores e hall (social e de serviço) podem ser indicadores da presença da trabalhadora no cotidiano doméstico. Nota-se ainda a instalação de um pequeno compartimento com vaso sanitário e lavatório, ao lado dos elevadores de serviço. Destinado ao uso comum do edifício, provavelmente às empregadas que atendiam aos apartamentos do pavimento. Tal solução não é específica desse projeto de Rino Levi, aparecendo em vários projetos da época, como se nota nas publicações da revista *Acrópole*, alguns indicando o uso também como “vestiário”.

Além de banheiro e vestiário, havia também propostas de dormitórios para empregadas externas à unidade privativa do apartamento. Um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido é o projeto do Edifício Higienópolis, em que o arquiteto Rino Levi propôs um pequeno “w.c. de serviço” no interior do apartamento e dependências completas (quarto e banheiro) para empregados na edícula ao fundo do terreno (Figuras 9 e 10). Solução similar aparece no projeto do Edifício São Luiz, do arquiteto francês Jacques Pilon, que optou por deixar os compartimentos no último pavimento do edifício, mas também um “w.c.” e um quarto para empregada no interior do apartamento. A duplicidade de dependências pode ser explicada pela presença de mais de uma empregada contratada para dormir, ou mesmo pela indefinição da solução e demandas da clientela, haja vista a variedade de propostas para esta área encontradas em sua coleção de projetos na FAUUSP. A solução de locar as dependências no ático foi também aplicada em empreendimentos

mais modestos, como o pioneiro edifício da Avenida Angélica, de Júlio de Abreu Júnior, e o Edifício Paissandu, outro projeto de Jacques Pilon, cujos apartamentos não contavam com qualquer compartimento destinado ao uso exclusivo das empregadas.

Independente do perfil de cada edifício, os projetistas buscavam replicar uma prática muito comum nos edifícios de apartamentos europeus em localizar as acomodações para empregadas no ático, inspirados provavelmente nos *chambres-de-bonne* parisienses, a mansarda no último andar (Pinheiro, 2008, p. 124). Aqui vale mencionar que muitos arquitetos que atuavam no mercado imobiliário desse período eram estrangeiros, como o francês Jacques Pilon, e aplicavam certas convenções projetuais de seus países de origem que reverberaram ou encontraram resistências na produção local. Enquanto esses projetos tinham como referência a *chambre-de-bonne* de Paris, o Edifício Higienópolis, projeto de Rino Levi, valia-se da edícula das moradias unifamiliares das classes médias brasileiras.

Ainda que seja possível listar diversos projetos que propuseram lavanderias e dependências para empregada fora da unidade privativa, em áreas comuns e de uso coletivo, essa solução certamente não foi a mais usual, possivelmente permanecendo restrita a essa fase de experimentação do mercado da habitação verticalizada. Como se nota nas publicações da revista *Acrópole*, a preferência dos empreendimentos foi pela internalização nos apartamentos da lavanderia (no formato da área de serviço) e dos compartimentos para empregadas com um simples “w.c.” com chuveiro (também chamado de “meio banheiro” na legislação e nos anúncios) e um pequeno quarto com uso privativo e exclusivo da empregada.

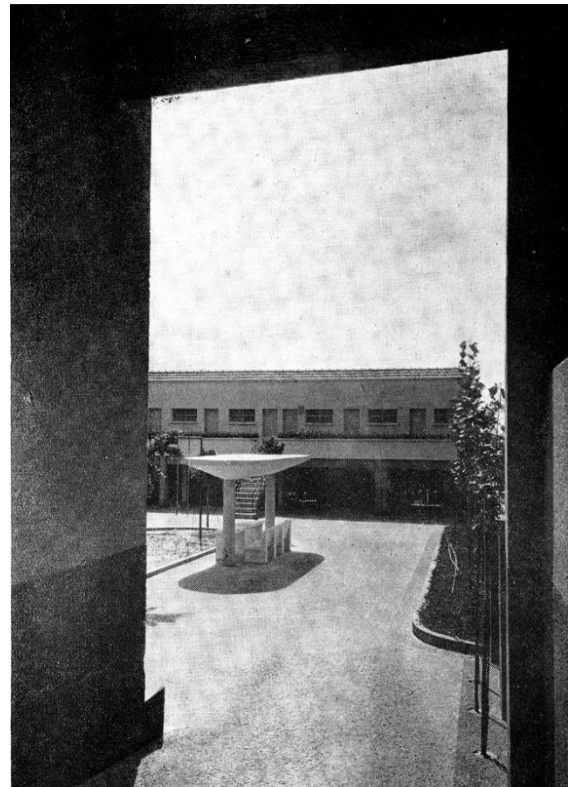


Figura 9. Fotografia do pátio posterior do Edifício Higienópolis, São Paulo (1936), publicada em *Acrópole*, (27), julho de 1940, p. 108. Notar bloco com dormitórios e banheiros de empregadas ao fundo do lote. Revista Digital *Acrópole*. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

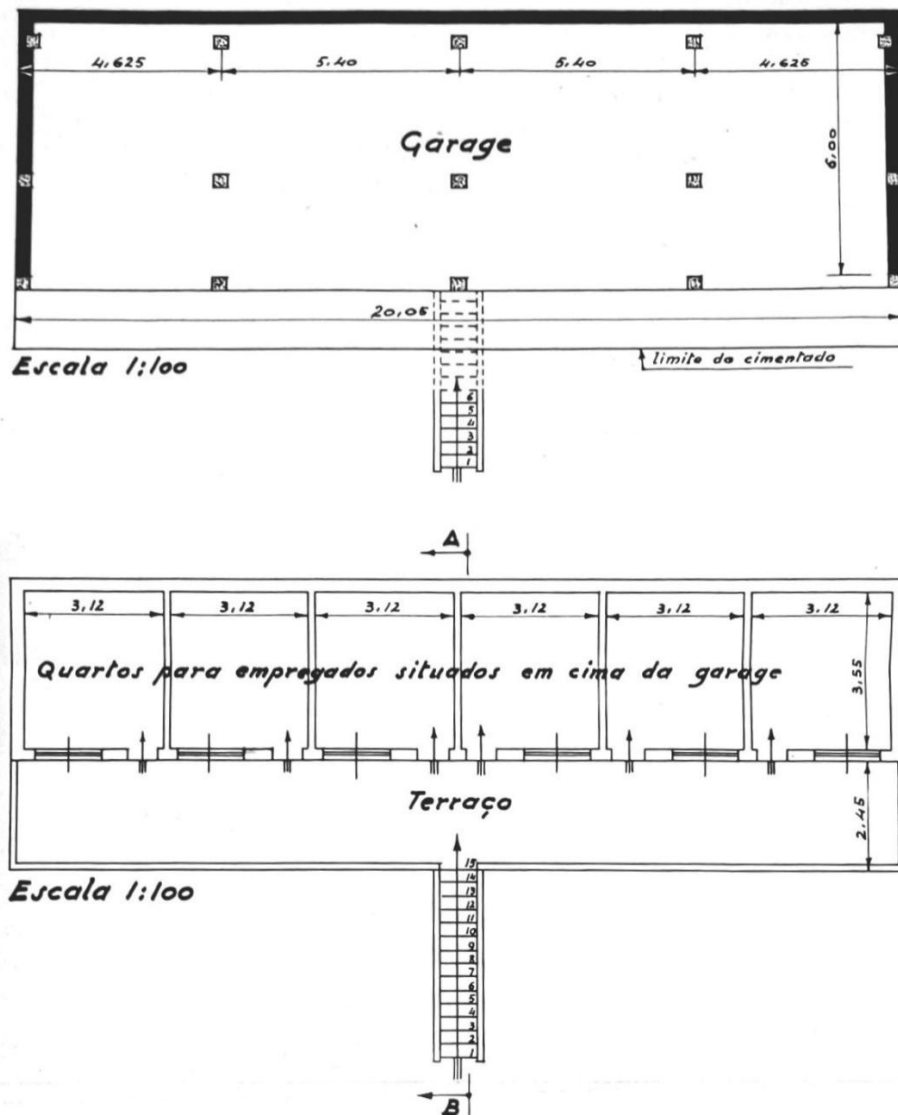


Figura 10. Edifício Higienópolis, São Paulo (1936). Planta da construção no pátio posterior com as dependências para empregadas. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

Essa variedade de arranjos reflete e conforma os diferentes formatos de operação e de relação de trabalho doméstico do período em questão. Como vimos, a indefinição das lavanderias no programa se explica, em parte, pela tradicional prática da lavagem de roupa fora de casa, a cargo de mulheres que trabalhavam como lavadeiras. Já as acomodações para empregada correspondiam aos diferentes contratos e a natureza da prestação

dos serviços, ainda marcados por uma certa especialização da função (cozinheira, arrumadeira, babás etc.) mesmo entre as casas das classes médias. Vestiários e instalações sanitárias para empregadas nas áreas comuns do prédio, quartos e banheiros no ático, apenas "w.c.", ou dependências completas no interior do apartamento, estariam em conformidade com as variadas formas de contrato de trabalho, desde o

mensal que exigia a trabalhadora dormir na casa dos patrões, desempenhando todas as funções, até o diário ou por hora, com o serviço contratado eventualmente e apenas sob demanda específica. Por não residirem na casa dos patrões, dispensava-se, inicialmente, a necessidade de quarto e banheiro para elas no interior da moradia. A opção pela instalação sanitária coletiva poderia ser então uma forma de economia do espaço da unidade habitacional, externalizando aquilo que não era julgado tão necessário assim no programa.

É possível pensar ainda que a existência e o posicionamento dos cômodos para empregada se articulavam não apenas às formas de contratação estabelecidas, como também aos modos de interação entre patrões e empregados que poderiam ser marcados pela maior proximidade e “familiaridade” (preferindo-se acomodações privativas dentro do apartamento) ou por uma relação mais profissional e impessoal, requerendo maior distanciamento (como quarto e banheiro na área comum do edifício).

Com a preferência no mercado pela internalização dos compartimentos a partir dos anos 1940, o arquiteto Rino Levi pode ter se valido de um outro expediente para lidar com maior variedade de arranjos trabalhistas e a eventual

necessidade de abrigar as trabalhadoras no emprego doméstico. Em alguns de seus projetos, é possível encontrar o uso de ambientes flexíveis, como no projeto do Edifício de apartamentos à rua Abranches, de 1939 (Figura 11). O quarto de empregada, acessível pelo terraço de serviço, poderia ser convertido em “alcova” e conectado a um dormitório dos moradores. Pode-se inferir que esse uso flexível estivesse em outros projetos do arquiteto, como o Edifício Liberdade, de 1948 para Companhia Seguradora Brasileira (Figura 12) e no próprio Edifício Guarani. No Edifício Liberdade, observa-se na zona íntima do apartamento um quarto menor, com banheiro interno e acesso pelo corredor dos dormitórios dos moradores, nomeado como “quarto de serviço”. Já no Edifício Guarani, em especial no apartamento de 3 dormitórios, o terceiro quarto apresenta dimensões e janela menores que os demais, além de um acesso exclusivo a um banheiro, mais compartimentado em relação ao que parece ser o banheiro principal. O ambiente, aos olhos de hoje, poderia ser confundido com uma suíte – um arranjo pouco usual à época. A metragem reduzida do espaço e da janela e a ligação a um banheiro separado levam a inferir que fosse uma acomodação que pudesse ser disponibilizada para a empregada, mesmo que fosse junto aos dormitórios dos moradores.



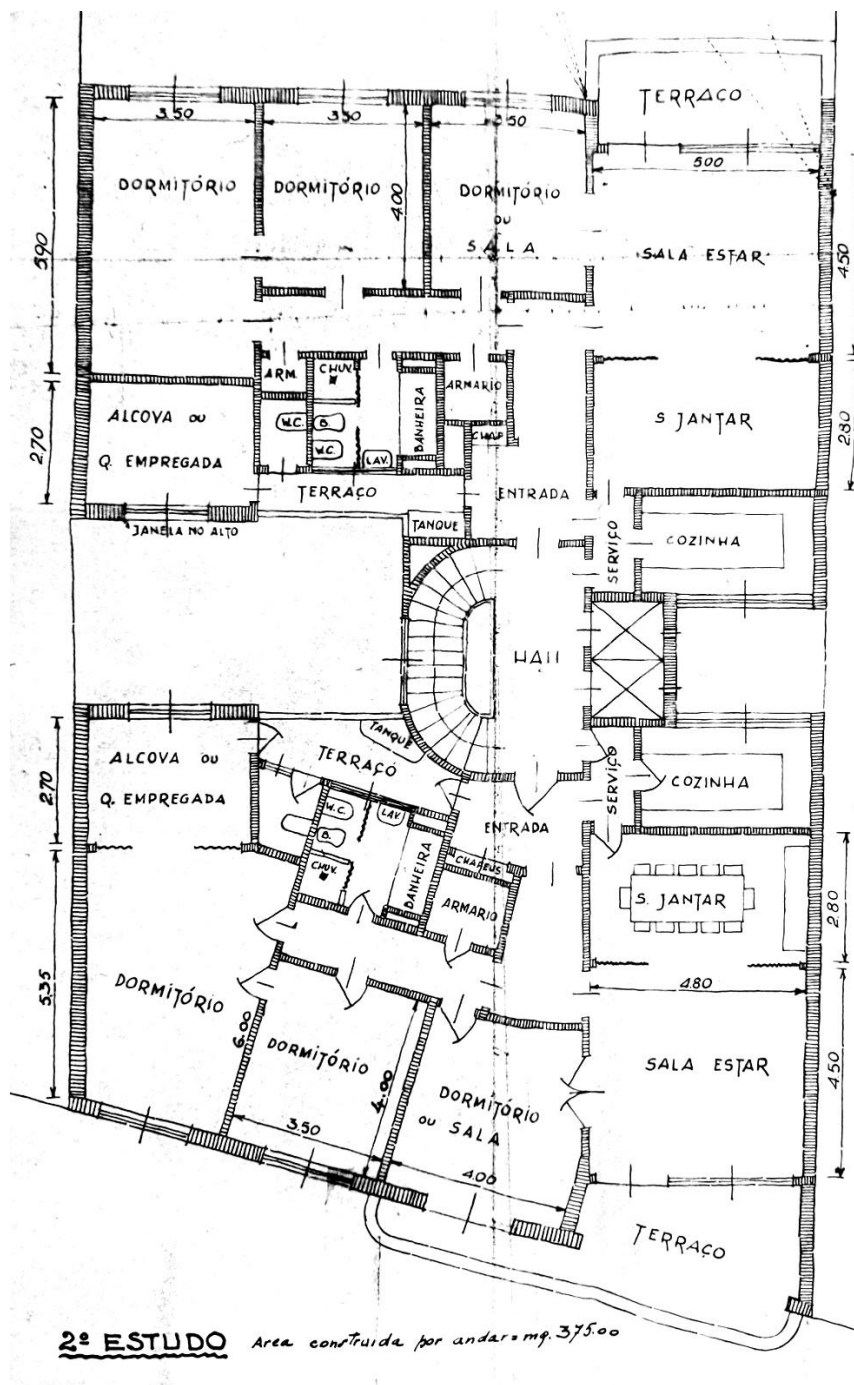


Figura 11. Edifício à rua Abranches, São Paulo (1939). Estudo da planta do pavimento. Notar quarto de empregada ou alcova com ligação direta para o dormitório. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.



íntimas e de serviços e teve origem francesa, sendo muito aplicada nos apartamentos da burguesia parisiense entre o final do século XIX e início do XX (Eleb, 1995). De acordo com Roger-Henri Guerrand,

O interior de cada apartamento oferece uma racionalidade que por muito tempo não será igualada. Compreende obrigatoriamente um espaço público de representação, um espaço privado para intimidade familiar e espaços de rejeição. (Guerrand, 2009, p. 332)

No que concerne ao trabalho doméstico, essa organização espacial, ao atribuir o rótulo “de rejeição” aos espaços de serviços, ratifica o status de inconveniência e a posição de inferioridade que serviço doméstico e criadagem ocupam socialmente. Além disso, evidencia a intolerância da burguesia à justaposição espacial das desigualdades sociais (Ariés, 1981, p. 279), em um sentimento de repugnância acentuado pelo modelo doméstico em que noções de intimidade e conforto estão intrinsecamente associadas. Isso significa que, em termos de organização espacial, a casa da burguesia francesa vai se constituir a partir de “soluções arquitetônicas que garantissem o menor número possível de contatos com os criados e com as classes menos abastadas” (Homem, 1996, p. 25).

Na cidade de São Paulo, tal concepção do espaço vai servir de referência inicialmente nos palacetes das elites construídos a partir do final do século XIX, logo reproduzindo-se também nas moradias das classes médias e, posteriormente, nos edifícios de apartamentos para todos os grupos sociais. É importante salientar que a intolerância à proximidade de classes sociais diversas é ainda reforçada, no contexto brasileiro, pela marca racial.

A divisão racional em “núcleo de estar”, “habitação” e “área de serviço”, tão celebrada nos textos das revistas especializadas, como revista *Acrópole*, era um zoneamento funcionalista típico da casa burguesa oitocentista. Nesse sentido,

reproduz o posicionamento segregado dos compartimentos do setor de serviços, ocupando os espaços menos privilegiados da planta, com acessos e circulações independentes. Tais recursos apareciam como sinônimo de conforto e comodidade nas publicações dos projetos, mostrando ser uma solução desejável na concepção do apartamento.

No Edifício Higienópolis, Rino Levi desenvolveu diferentes tipologias por pavimento, mas preservou um elemento constante: a separação física e funcional entre o acesso social e o de serviço, cada qual com seu próprio elevador. Essa organização, reforçada por halls, portas e corredores, estruturava três setores distintos – social, íntimo e de serviço – refletindo a hierarquia espacial característica da domesticidade burguesa.

Nas tipologias menores, do térreo ao quarto andar, a planta apresentava sala de estar integrada à de jantar, dois dormitórios isolados que compartilhavam uma sala de banho (também utilizada por visitas), cozinha em formato corredor, área de serviço reduzida a um tanque e um banheiro de serviço. No último pavimento, a unidade mais ampla mantinha a separação das entradas e a setorização funcional, mas oferecia maior complexidade: sala de jantar separada da de estar, ainda que conectadas por passagem e abertura para o terraço; três dormitórios, incluindo suíte com toucador; e terraço de serviço com tanque, quarto e banheiro de empregada (Figura 13).

O estudo do *layout* revela o cuidado de Rino Levi com o dimensionamento e o agenciamento dos espaços de acordo com o uso. Observa-se a perda da separação de ambientes por gênero – comum nas casas de elite até as primeiras décadas do século XX –, mas a persistência da segregação por classe e raça, visível na clara distinção entre áreas de moradia da família e das empregadas. A presença da despensa, espaço em declínio com a popularização dos supermercados e produtos industrializados, também merece destaque.

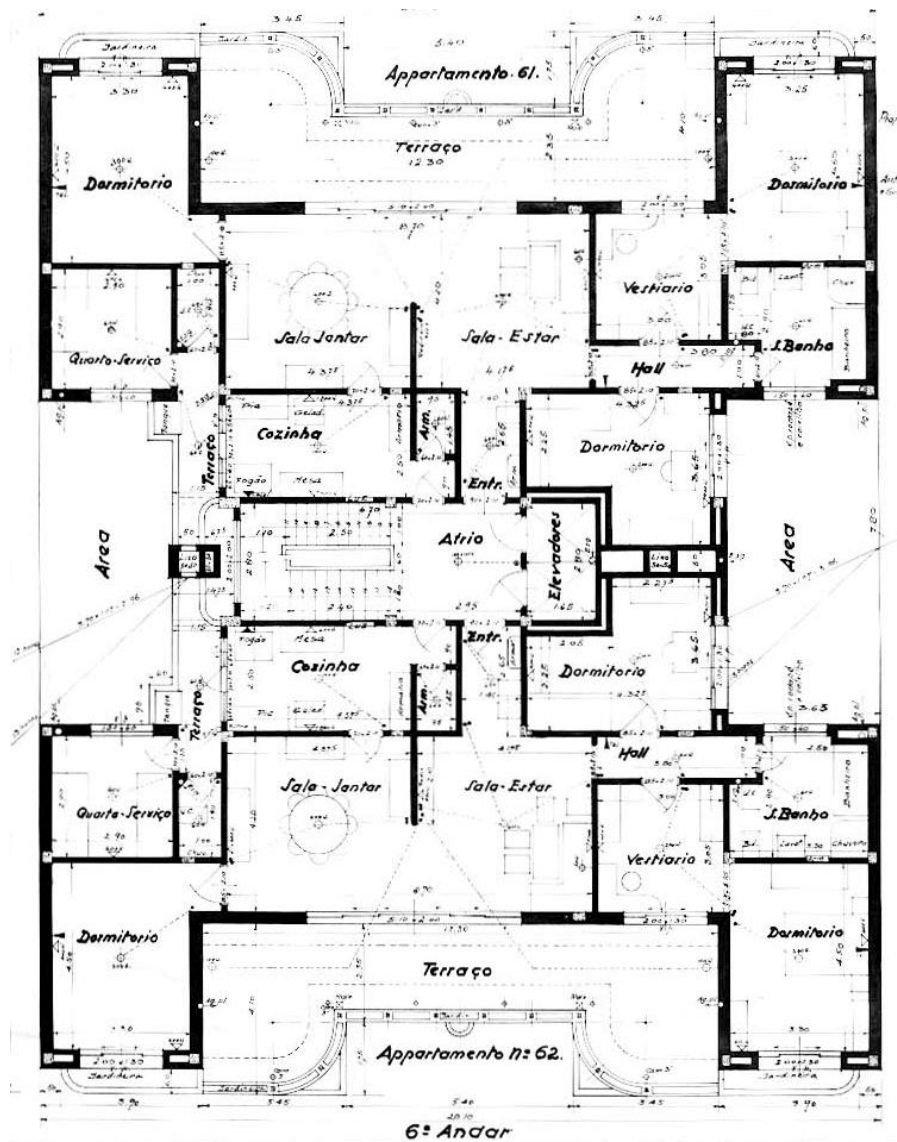


Figura 13. Edifício Higienópolis, São Paulo (1936). Planta do último pavimento. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

No “quarto de serviço”, o projeto indica duas camas, evidenciando a especialização do trabalho doméstico, com mais de uma funcionária responsável por tarefas distintas. O banheiro de serviço, embora de menor dimensão e padrão inferior em relação aos demais, apresenta medidas mais generosas do que as projetadas pela maioria dos arquitetos, inclusive modernistas, sugerindo uma relativa preocupação com o

conforto das trabalhadoras, ainda que sem romper com a lógica hierárquica.

É possível observar ainda no Edifício Higienópolis um processo de simplificação quantitativa e qualitativa dos espaços e usos, tendência que se iniciara nos anos 1930 e se aprofundou na década seguinte. No caso de Rino Levi e de outros arquitetos modernistas, propostas mais ousadas permaneciam restritas aos ambientes de estar, como no Edifício Prudência, de 1944 (Figura 14).

O Edifício Prudência apresenta, como principal inovação, a revisão do tradicional esquema de zoneamento em três setores funcionais. A proposta investe na flexibilidade dos arranjos, suprimindo a rigidez de divisórias fixas entre salas de estar, jantar e dormitórios, e, com isso, delegando aos moradores a decisão sobre como definir essas separações. Rino Levi estudou diversas alternativas, sugerindo que tais divisões pudessem ser realizadas com mobiliário desenhado especificamente para cada uso, em sintonia com ideais tayloristas de economia de movimentos, racionalização do espaço e eficiência no trabalho doméstico.

Apesar dessa abertura espacial e de uma abordagem mais modernista, persistem elementos estruturais da domesticidade burguesa. A separação entre setores sociais e íntimos e o setor de serviço permanece nítida, tanto no desenho das plantas quanto nas circulações verticais e acessos diferenciados. Vestíbulos e corredores ainda funcionam como filtros, reforçando hierarquias espaciais e sociais. Mesmo nos ambientes de recepção, a integração entre estar e jantar é parcial, mediada por aberturas amplas, mas passíveis de fechamento, como relatou Bárbara Levi ao recordar a cortina entre a sala de jantar e estar existente no apartamento do tio Benedetto, morador do Prudência (B. L., comunicação pessoal, abril 2025).

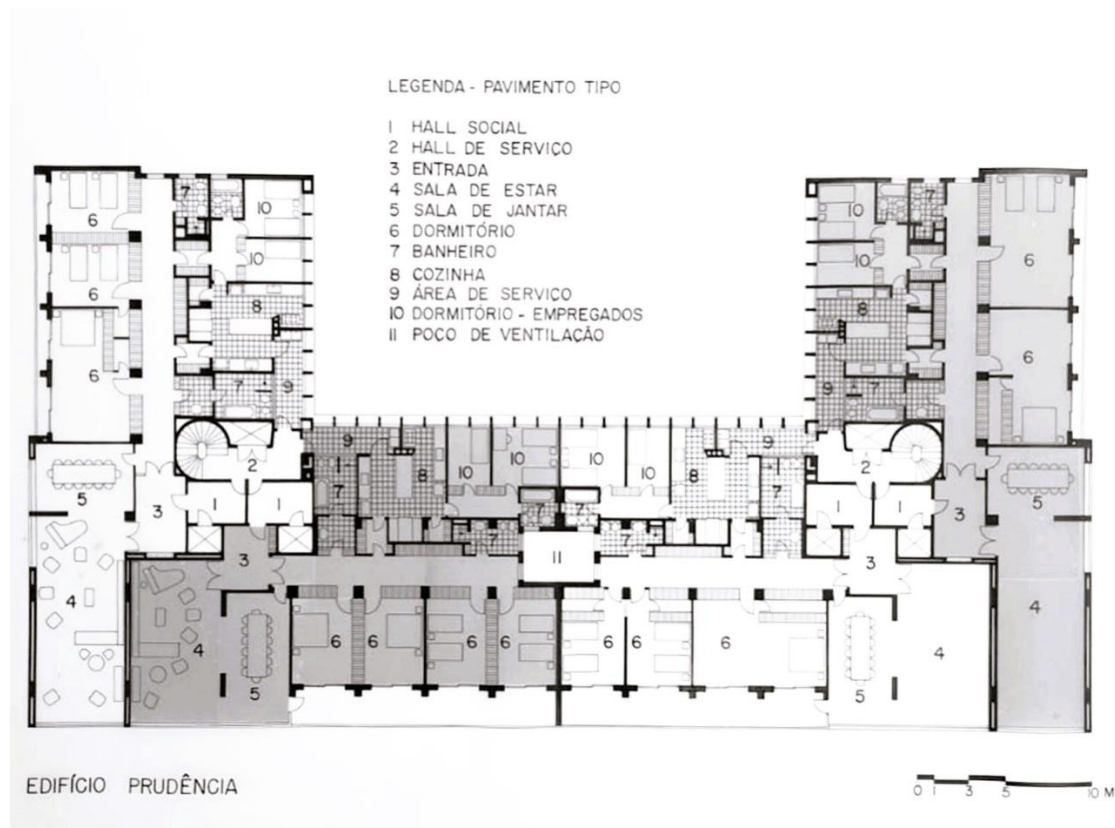


Figura 14. Edifício Prudência, São Paulo (1944). Planta do 3º ao 11º pavimento. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

Os ambientes de recepção ainda evocam um modelo pré-televisão: a sala de estar comportava um piano de cauda, espaço para conversas e mobiliário disposto de forma flexível. A sala de jantar, por sua vez, possuía mesa para 14 lugares, servindo não apenas aos moradores, mas também a grandes recepções familiares. Bárbara recorda que as ceias de Natal reuniam de 30 a 40 pessoas, servidas “à francesa” por copeira especializada - um indicativo do nível de formalidade e da complexidade do serviço doméstico nesse meio social. Para tanto, a copa, articulava cozinha e sala de jantar, funcionando não era um espaço de convivência familiar, mas um ambiente de apoio, onde se aquecia a comida, mantinham-se bebidas refrigeradas e organizava-se o serviço, além de ser o local das refeições diárias das empregadas.

No caso da família Benedetto Levi, o serviço doméstico era assegurado por três trabalhadoras: copeira (responsável também pela arrumação geral), cozinheira e babá. Essa composição refletia um padrão consolidado entre famílias de alta renda. O setor de serviço do Prudência traduz essa realidade: dois dormitórios para empregadas, com três camas, não como exceção, mas como norma para atender à demanda dessa elite urbana. Ainda que menores que os quartos dos proprietários, esses dormitórios possuíam guarda-roupa, mesa de apoio e penteadeira, e estavam separados das áreas de trabalho por um pequeno hall, garantindo certa privacidade - uma preocupação rara entre arquitetos do período e que se repetirá na obra de Levi, inclusive em sua residência particular. O banheiro de serviço, outro dado singular, era completo - pia, bidê, privada, banheira e chuveiro - contrariando a prática comum, inclusive entre modernistas, de projetar banheiros de empregadas menores e menos equipados, muitas vezes com chuveiro sobre a privada.

A área de serviço do Edifício Prudência dispunha de apenas dois tanques, sem máquina de lavar, o que indica a dificuldade de sua aquisição mesmo entre famílias de alto poder aquisitivo. A amplitude

do espaço, incomum para a época, suscita questões sobre a logística de lavagem e secagem de grandes volumes de roupas, tarefa que permanecia fisicamente extenuante. Vale lembrar que a lavanderia ainda não se configurava como ambiente projetado (Paulillo, 2025), ao contrário da cozinha, amplamente debatida em publicações como a revista *Acrópole*. A mecanização tardia da lavagem, associada ao caráter “sujo” e pesado dessa atividade e à prática corrente de terceirizar o serviço em lavanderias externas, explica a menor valorização desse espaço.

Nesse contexto, destaca-se a proposta de Rino Levi para uma lavanderia coletiva no edifício - solução não incomum na tipologia do apartamento, mas que evidencia sua preocupação em racionalizar e dignificar também esse setor do trabalho doméstico, frequentemente relegado a segundo plano no projeto arquitetônico, haja vista a sua associação ao caráter “sujo” e pesado dessa atividade e à prática corrente de terceirizar o serviço em lavanderias externas, explica a menor valorização desse espaço.

Na moradia coletiva verticalizada, tal diferenciação (social e serviço) se reproduziu não só dentro das unidades privativas dos apartamentos, mas também pelos espaços das áreas comuns do edifício. Tratava-se de um recurso importante para demarcar a distinção e o status do empreendimento visando arrefecer a resistência que se tinha à época sobre a moradia coletiva. Lilian Vaz (2002, p. 136-138) comenta que a consolidação e aceitação do edifício de apartamentos na cidade do Rio de Janeiro se deram não tanto pelo fato de serem uma novidade habitacional, mas muito mais pelos seus itens de distinção, como as entradas e acessos luxuosos e a separação total entre espaços social e de serviço.

A segregação espacial se referia às empregadas, mas também aos prestadores de serviço e comerciantes. A queixa comum sobre os usos indevidos se dava em função da “aglomeração de empregados e fornecedores” nos halls, para além do tempo necessário para negociações e compras



(D'Albuquerque, 1945, p. 184). Nos regulamentos de condomínio, nota-se a tentativa de controle desses agenciamentos, revelando que o ingresso de pessoas estranhas (vendedores, prestadores de serviço) deveria ocorrer com uma frequência recorrente nos edifícios de apartamentos.

Se a administração do condomínio tentava controlar esses acessos pela regulamentação de conduta, os arquitetos faziam o mesmo por meio do projeto de entradas, passagens, corredores, elevadores e até halls diferenciados, como se verifica em dois projetos de Rino Levi:

A separação das circulações principal e de serviço foi conseguida pela disposição dos acessos externos em 2 níveis, junto à rua, e pela disposição dada aos halls principais e de serviço, servidos por elevadores distintos, nos andares. (Edifício de apartamentos, Cia Seguradora Brasileira, 1952, p. 280)

Logo acima do nível das garages e em plano ainda inferior ao da rua (...) está colocada a entrada de serviço, com acesso pela rampa de automóveis, junto à divisa. Um dos elevadores é destinado exclusivamente ao serviço. (Prédio Higienópolis, 1940, p. 107)

Assim como na setorização interna do apartamento, a ideia original era a separação das pessoas de acordo com suas ocupações e atividades, sob lógica de funcionalidade e eficiência dos espaços, e do conforto dos moradores, suprimindo o contato com a rotina do trabalho doméstico e a interação com os prestadores de serviços.

De todo modo, se o edifício do apartamento não dispusesse da separação de circulação de serviços na área comum, restava ainda a alternativa da dupla entrada no apartamento que, segundo Carlos Lemos (1978), era uma característica única e peculiar dos apartamentos brasileiros. O sistema de circulação separada se valia pela entrada distinta de serviço (geralmente feita pela cozinha), os halls de distribuição entre os setores e as

passagens realizadas internamente pela cozinha. Expedientes que também representavam mais gastos com instalações, menor aproveitamento do espaço e desperdício de área.

Para além do compromisso com a venda e o aceite do produto pelo mercado, a divisão e segregação dos espaços de serviços mostravam ser expedientes comuns da prática projetual adequada do funcionalismo, tornando-se sinônimo de uma boa resolução racional e eficiente da planta. Se por um lado a concentração de áreas molhadas (cozinha, área de serviço) se mostrava conveniente em termos de economia e eficiência da construção, por outro liberava os demais ambientes para que fossem projetados priorizando-se a fluidez e integração entre os espaços, com posições na planta e aberturas nas fachadas que proporcionassem as melhores insolação e ventilação, visuais e continuidade com paisagem externa – aspectos valorados da arquitetura moderna que dificilmente eram aplicados aos ambientes de serviços.

A racionalização e separação funcional como prática de projeto atende a uma ideia de conveniência em voga, compartilhada entre público morador e agentes de produção da moradia, incluindo-se os arquitetos. Trata-se de um tipo de arranjo espacial coerente aos sistemas domésticos que prezam pelo resguardo do conforto do núcleo familiar. A noção de conforto aqui é tanto no sentido de conveniência e uso eficiente da casa, como também no de ordem - ao enquadrar artefatos, atividades e pessoas em seus devidos lugares, em uma disposição que permitia o maior controle sobre o espaço e o regime de práticas de seus habitantes. É também no sentido associado à noção de privacidade, ao se acomodar o isolamento da família, garantindo espaços de descanso e intimidade entre seus membros; e à noção de distinção social, marcada sobretudo pela separação rígida dos espaços destinados aos serviços domésticos.

## Considerações finais

A variedade de propostas para os edifícios em altura e, em especial, para as áreas de serviços recuperadas neste artigo reforça a compreensão da arquitetura e da cidade “segundo três dimensões solidariamente imbricadas, cada uma dependendo profundamente das demais, em relação simbiótica”, quais sejam: a de artefato - “coisa complexa, fabricada, historicamente produzida (...) ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido” -, a de campo de forças - “econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar” e a de representação - imagem discursiva e simbólica (Meneses, 1996, p. 149) Por isso, procurou-se recuperar os agentes e as perspectivas sociais e técnicas envolvidas na definição das áreas de serviços, mostrando as disputas, os dissensos e também a construção da solução que a partir dos anos 1940 se tornou hegemônica.

Nesse esforço, buscamos desnaturalizar as propostas arquitetônicas, tratando de encarnar e situar historicamente os discursos e práticas projetuais e noções centrais para o período como as de racionalização, eficiência e conforto. Dessa forma, é possível pensar, na chave da cultura material e desde uma perspectiva interseccional, como a arquitetura pode ser pensada também como uma tecnologia de gênero, classe e raça, na medida em que é concebida e define relações, lugares e controles sociais bem estabelecidos. Como vimos, é também por meio da materialidade e dos espaços que se estabelecem privilégios e hierarquias, garantindo conforto para uns, enquanto a outros resta a acomodação restrita e muitas vezes insuficiente às necessidades mínimas de existência.

Ao estudar a obra de Rino Levi, pudemos notar que mesmo dentro da norma e das soluções arquitetônicas hegemônicas, havia espaço para uma atenção e maior consideração com relação ao conforto das trabalhadoras domésticas, tanto do ponto de vista das dimensões e equipagem de

seus espaços, quanto de sua separação em relação aos ambientes de trabalho para maior privacidade e descanso. Esta consideração era, de fato, bastante rara entre os profissionais do período, inclusive os modernistas mais engajados com a disciplina, e pode, talvez, ser creditada a sua formação em uma família cujas relações se estabeleciam de outra forma, a ponto dele participar das atividades domésticas, em uma atitude, também ela, muito distintas de seus colegas. Tal percepção só foi possível a partir do contato com o seu acervo na FAUUSP, no qual nota-se no desenvolvimento dos projetos a revisão e consolidação de certas soluções, a sua proximidade e/ou distância em relação ao tipo de encomenda, familiar ou privada, e também do contato com sua filha Barbara Levi (B. L., comunicação pessoal, abril 2025) que em entrevista recuperou experiências, atitudes e os discursos de seu pai no trato com a mãe, ela, as visitas, as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos de sua residência na Rua Bélgica. Tais documentos, cruzados com outros vestígios que falam dos ideais de domesticidade em voga, suas normas e práticas, tais como revistas femininas e especializadas em arquitetura, manuais de dona de casa, propagandas de imóveis, utensílios e produtos do lar são fundamentais na construção dessa análise histórica e socialmente circunstanciada que lança luzes sobre aspectos ainda pouco abordados da tipologia arranha-céus e das proposições modernistas para ela realizadas nas primeiras décadas do século XX.

## Notas

<sup>1</sup> Esse destaque para o aspecto duplo de orientação e condicionamento dos espaços é deveror das análises do historiador da cultura material Ulpiano Bezerra de Meneses. Do seu ponto de vista é preciso ver os artefatos (e aqui incluímos os espaços) como produtores e vetores de relações sociais, na medida em que “eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande medida presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais” (Meneses, 1983, p. 113). Essa maneira de pensar as formas de morar vem sendo desenvolvida por Joana Mello de Carvalho e Silva por meio de projetos de pesquisa financiados pela Fapesp (n. 18/19887-9 e 14/02756-8) e CNPq (n. 302700/2019-6) que resultaram em sua tese de livre docência *Pensar a casa com Clarice Lispector: Domesticidade, interseccionalidade e cultura material (1940 e 1960)* (2025) e também orientações como a realizada por Clarissa Almeida Paulillo *Cuidar, apartar e lavar: O trabalho doméstico e os espaços de serviços nos projetos dos edifícios de apartamentos paulistanos (1940-1960)*. Especificamente em relação a Rino Levi uma primeira aproximação a partir dessa perspectiva foi desenvolvida na exposição *Ocupação Rino Levi* (2020).

<sup>2</sup> Embora o termo interseccionalidade tenha sido cunhado pela norte-americana Kimberlé Crenshaw no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, de 1989, a ideia de que os marcadores sociais de gênero e raça se interpunham nos sistemas de dominação e opressão já pautava as críticas ao feminismo de segunda onda feitas por feministas negras desde os anos 1960, inclusive pela brasileira Kimberlé Crenshaw no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, de 1989, a ideia de que os marcadores sociais de gênero e raça se interpunham nos sistemas de dominação e opressão já pautava as críticas ao feminismo de segunda onda feitas por feministas negras desde os anos 1960, inclusive pela brasileira Lélia Gonzalez com seus artigos “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, 1984, e “A categoria político-cultural de amefricanidade”, 1989. bell hooks em seu livro *Teoria feminista: da margem o centro*, 2019, recupera essas críticas de maneira contundente. Angela Davis, por sua vez, além de reconhecer a importância de Lélia Gonzalez sobre a matéria, acrescenta à reflexão o marcador social de classe,

afirmando em seu livro *Mulheres, raça e classe*, 2016: “As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Davis, 2016, p. 19). Tal afirmação é especialmente importante para países colonizados como o Brasil.

<sup>3</sup> Barbara Levi, filha do arquiteto Rino Levi, em entrevista afirmou que diante da sugestão do pai de fazer para ela o projeto de uma residência unifamiliar para sua família explicou-lhe que preferia viver em um edifício de apartamentos. A preferência tinha a ver com a intenção de, apesar de já ser casada e mãe de três filhas, trabalhar profissionalmente na área de formação, ciências sociais. O plano não pode ser concluído, em função do falecimento de Rino Levi, em 1965, mas o pedido foi atendido com a construção do Edifício Gravatá, 1967.

<sup>4</sup> A tese de doutorado de Flavia Fernandes de Souza (2017) faz uma recuperação excelente desses debates.

<sup>5</sup> O tema é abordado por Walter Gropius (1972) e Le Corbusier (2004) em suas reflexões sobre habitação, orientando suas propostas arquitetônicas a partir dos anos 1920.

<sup>6</sup> Neste caso são notórios os esforços para este fim nos conjuntos coordenados por Ernst May em Frankfurt com a participação ativa de Margaret Shuttlesworth, como analisa Susan R. Henderson (2009 e 2013), e nas ações promovidas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), estudadas por Telma de Barros Correia e Caliane Christie Oliveira de Almeida (2014).

<sup>7</sup> Joana Mello de Carvalho e Silva (2010) comenta que durante a fase de desenvolvimento do projeto, houve proposta com dependências de empregadas apenas no ático, como no caso dos edifícios franceses, mas que com o tempo, no final, as dependências entraram também nos pavimentos. Isso poderia indicar a permanência de costumes e resistências a mudanças.

## Referências

- Anelli, R. (2001). *Rino Levi: Arquitetura e cidade* (Pesquisa e textos por R. Anelli; Coordenação por A. Guerra; Ensaios fotográficos por N. Kon). Romano Guerra.
- Aranha, M. B. C. (2003). *Rino Levi: Arquitetura como ofício* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.
- Aranha, M. B. C. (2008). *A obra de Rino Levi e a trajetória da arquitetura moderna no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed.; D. Flaksman, Trad.). Zahar.
- Carvalho, V. C. de. (2008). *Gênero e artefato: O sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920*. EDUSP; FAPESP.
- Correia, T. de B., e Almeida, C. C. O. de. (2014). O IDORT e a habitação econômica: A difusão de experiências internacionais (1932-1960). *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, 21(35), 154–171.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i35p154-171>
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, (1), 139–167.
- Cromley, E. C. (1999). *Alone together: A history of New York's early apartments*. Cornell University Press.
- D'Albuquerque, I. (1945). *Noções de educação doméstica*. Editora Getúlio Costa.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo.
- Edifício de apartamentos, Cia Seguradora Brasileira (dezembro, 1952). *Acrópole* (176), 276-280.  
<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/176>.
- Edifício Santa Amália (agosto, 1943). *Acrópole* (64), 93-99.  
<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/64>.
- Eleb, M., & Debarre-Blanchard, A. (1995). *L'invention de l'habitation moderne: Paris, 1880-1914*. Hazan Archives d'architecture moderne.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69–82. Rio de Janeiro.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje* (pp. 223–244). São Paulo: ANPOCS.
- Gropius, W. (1972). *Bauhaus: Nova arquitetura*. Perspectiva.
- Guerrand, R.-H. (2009). Espaços privados. In *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (pp. 302–386). Companhia das Letras.
- Henderson, S. R. (1996). A revolution in the woman's sphere: Grete Lihotzky and the Frankfurt Kitchen. In D. Coleman, E. Danze, & C. Henderson (Orgs.), *Architecture and feminism* (pp.221-253). Princeton Architectural Press.
- Henderson, S. R. (2009). Housing the single woman: The Frankfurt experiment. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 68(3), 358–377.
- Henderson, S. R. (2013). *Building culture: Ernst May and the Frankfurt initiative, 1926-1931*. Peter Lang.

- Heynen, H. (2005). Modernity and domesticity: Tensions and contradictions. In H. Heynen & G. Baydar. *Negotiating domesticity: Spatial productions of gender in modern architecture* (pp.1-29). Routledge; Taylor & Francis Group.
- Homem, M. C. N. (1996). *O palacete paulistano*. Martins Fontes.
- Hooks, B. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro* (R. Patriota, Trad.). Perspectiva.
- Le Corbusier. (2004). *Precisões: Sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo* (Trad. C. E. M. de Moura; Pós-fácio C. A. F. Martins). Cosac & Naify.
- Lemos, C. A. C. (1978). *Cozinhas, etc.: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. Perspectiva.
- Lemos, C. A. C., Daher, L. C., Homem, M. C. N., Branco, I. H. D. C. (1983). *Warchavchik, Pilon, Rino Levi: Três momentos da arquitetura paulista* (1ª ed.). Museu Lasar Segall; Funarte.
- Liernur, J. F. (2010). La vivienda de la clase media, mercancía moderna. In J. Sarquis (Ed.), *La arquitectura de la vivienda para la clase media: Coloquio* (pp. 50–57). Editorial Nobuko.
- Meneses, U. B. de. (1983). A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, 115, 103–117.
- Meneses, U. B. de. (1996). Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, 30, 142–155.
- Meneses, U. T. B. D. (2003). Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, 23(45), 11–36. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>
- Paulillo, C. A. (2025). *Cuidar, apartar e lavar: O trabalho doméstico e os espaços de serviços nos projetos dos edifícios de apartamentos paulistanos (1940-1960)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. FAUUSP.
- Perrot, M. (1988). Modos de habitar: La evolución de lo cotidiano en la vivienda moderna. *A&V - Monografía de arquitectura y vivienda*, 14, 2–17.
- Pinheiro, M. L. B. (2008). Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 16(1), 109–149. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142008000100004>
- Prédio Livia Maria (março, 1939). *Acrópole* (11), 19-26. <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/11>
- Prédio Higienópolis (julho, 1940). *Acrópole* (27), 107-112. <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/27/28>
- Rino Levi, arquiteto: *Obras 1928-1940* (1ª ed.). (1940). Serviço dos Países; Service des Pays.
- Rino Levi (1ª ed.). (1974). Edizioni di Comunità.
- Roncador, S. (2008). *A doméstica imaginária: Literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Editora UnB; Editora Universa.
- Rossetto, R. (2002). *Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas: São Paulo - 1945/1964* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.16.2002.td-e-04052022-155101>
- Rubino, S. B. (2017). *Lugar de mulher: Arquitetura e design modernos, gênero e*

- domesticidade* [Tese de livre-docência, Universidade Estadual de Campinas]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Rybczynski, W. (2002). *Casa: Pequena história de uma ideia*. Editora Record.
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Vozes.
- Sampaio, M. R. A. de. (2002). *A promoção privada da habitação econômica e a arquitetura moderna – 1930-1964*. RiMa.
- Silva, J. M. de C. e. (2012). *O arquiteto e a produção da cidade: A experiência de Jacques Pilon, 1930-1960*. Annablume; Fapesp.
- Silva, J. M. de C. e. (2013). Habitar a metrópole: Os apartamentos quitinetes de Adolf Franz Heep. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 21(1), 141–157.
- Silva, J. M. de C. e. (2023). *Pensar a casa com Clarice Lispector: Domesticidade, interseccionalidade e cultura material (1940 e 1960)* [Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo]. FAUUSP.
- Silva, L. O. da. (2004). Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: A modernização limitada. In C. M. Campos, L. H. Gama, & V. Sachetta, São Paulo, metrópole em trânsito: *Percursos urbanos e culturais* (pp. 100–111). Senac; PMSP.
- Somekh, N. (1997). *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. Edusp; Studio Nobel; Fapesp.
- Souza, F. F. de. (2017). *Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (Cidade do Rio de Janeiro, 1850–1920)* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Universidade Federal Fluminense.
- Villa, S. B. (2010). Um breve olhar sobre os apartamentos de Rino Levi: Produção imobiliária, inovação e a promoção modernista de edifícios coletivos verticalizados na cidade de São Paulo. *Arquitextos*. <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3437>
- Vaz, L. F. (2002). *Modernidade e moradia: Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. 7Letras.
- Wright, G. (1983). *Building the dream: A social history of housing in America*. MIT Press.



### **Clarissa de Almeida Paulillo**

Arquiteta y urbanista, Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad de São Paulo (FAUUSP), y máster y doctora por el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la misma institución. Su investigación de maestría fue galardonada en la 31ª edición del Premio de Diseño del Museo de la Casa Brasileña, en la categoría "Trabajos escritos no publicados". Docente en las carreras de grado en Arquitectura y Urbanismo y en Diseño de Interiores de la Universidad Paulista, además de impartir clases en el posgrado en Diseño de Interiores del Centro Universitario Belas Artes. Su labor se desarrolla en las áreas de espacio doméstico, cultura material, historia del diseño, de la arquitectura y de la ciudad, con énfasis en las intersecciones entre prácticas sociales, modos de habitar y la producción del espacio y de los artefactos. Universidade Paulista e Universidade de São Paulo, Brasil.

*clapaulillo@gmail.com*

<https://orcid.org/0000-0002-6126-0426>

### **Joana Mello de Carvalho e Silva**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela FAUUSP e pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, grupo de disciplinas História e Teorias da Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em FAUUSP. Foi professora da Escola da Cidade (2003-2016) e do Curso de Pós Graduação Lato Sensu O Projeto de Arquitetura na Cidade Contemporânea da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie (2010-2012). Atuou como redatora da Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural. Integra o Laboratório para Outros Urbanismos (FAU-USP) e lidera o Grupo de Pesquisa Arquivos, fontes e narrativas: entre cidade, arquitetura e design (CNPq). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq/ PQ -2 (2020-2023) com experiência na área de História e Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo modernos Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Rua do Lago Butantã 05508080, São Paulo, SP, Brasil.

*joana-mello@usp.br*

<https://orcid.org/0000-0001-5108-8186>